

São João Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações Financeiras
31 de dezembro de 2021
com Relatório do Auditor Independente

São João Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações financeiras

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Índice

Relatório da Administração	1
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	3
Balanço patrimonial	6
Demonstração do resultado	7
Demonstração do resultado abrangente	8
Demonstração da mutação do patrimônio líquido	9
Demonstração do fluxo de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11

Relatório da Administração

A Administração da São João Transmissora de Energia S.A. (“SJT” ou “Companhia”) tem a satisfação de submeter à apreciação dos senhores acionistas o relatório da administração e as demonstrações financeiras acompanhadas do respectivo relatório do auditor independente relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

A Companhia

A SJT é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída no exercício de 2013, que tem por objeto principal a exploração da concessão de serviços públicos de transmissão relativos às instalações de transmissão de energia elétrica no estado do Piauí, proveniente do Leilão ANEEL nº 001/2013.

A SJT é uma controlada da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (“Taesa”).

Desempenho Financeiro - R\$ mil	2021	2020 (Reapresentado)
Receita operacional líquida	101.261	46.379
EBITDA	92.111	49.207
Margem EBITDA	90,96%	106,10%
<u>Reconciliação do EBITDA</u>		
Lucro do exercício	89.701	45.056
Depreciação e amortização	81	2
Resultado Financeiro	(446)	1.568
Imposto de renda e contribuição social	2.775	2.581
EBITDA	92.111	49.207

EBITDA - é o lucro líquido antes dos impostos, das despesas financeiras líquidas e das despesas de depreciação e amortização. O EBITDA não é reconhecido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, não representa um fluxo de caixa para os exercícios apresentados, e não deve ser considerado como um lucro líquido alternativo, tampouco é indicador de desempenho.

Governança Corporativa

A Taesa realiza atividades de “back-office” para atividades administrativas da SJT e procura implantar na concessão os mesmos princípios de Governança Corporativa e Qualidade, comuns a todas as concessões do Grupo.

Política de Qualidade

A SJT, respaldada pela alta Administração, manifesta seu compromisso com a qualidade, declarando como diretrizes globais da Companhia o completo atendimento dos requisitos do cliente, o comprometimento com a melhoria contínua e a excelência no sistema de gestão da qualidade, direcionadas à execução dos serviços de operação e manutenção de transmissão de energia elétrica.

Declaração da Diretoria

Os membros da Diretoria, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, declaram que revisaram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Companhia e com a opinião do auditor independente da Companhia expressa no Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021.

Relacionamento com o Auditor Independente

A Companhia contratou a Ernst&Young Auditores Independentes S.S. (“EY Brasil”) para prestação de serviços de auditoria independente para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 pelo valor de R\$66 mil.

As políticas da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa do seu auditor independente visam assegurar que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade e se substanciam nos princípios que preservam a independência do auditor.



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Acionistas, Conselheiros e Diretores da
São João Transmissora de Energia S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da São João Transmissora de Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da São João Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Reapresentação dos valores correspondentes

Conforme mencionado na nota explicativa 2.6, em decorrência dos efeitos do reconhecimento da provisão para desconto da RAP, os valores correspondentes referentes ao exercício anterior, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto na NBC TG 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 24 de março de 2022.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6



Pia Leocádia de Avellar Peralta
Contadora CRC-1RJ101080/O-0

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota expli- cativa	31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado)		Nota expli- cativa	31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado)
Ativos				Passivos			
<i>Ativos circulantes</i>				<i>Passivos circulantes</i>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.699	19.118	Fornecedores	10	1.066	2.527
Contas a receber de concessionárias e permissionárias		4.398	920	Passivo de arrendamento		54	-
Ativo de contrato de concessão	5	47.719	44.601	Impostos e contribuições sociais correntes	6	1.736	1.502
Impostos e contribuições sociais correntes	6	378	408	Taxas regulamentares		363	874
Cauções e depósitos vinculados		2	2	Dividendos a pagar	9	3.086	10.701
Outras contas a receber e outros ativos		2.649	3.858	Outras contas a pagar	11	3.670	24.690
Total dos ativos circulantes		<u>56.845</u>	<u>68.907</u>	Total dos passivos circulantes		<u>9.975</u>	<u>40.294</u>
<i>Ativos não circulantes</i>				<i>Passivos não circulantes</i>			
Contas a receber de concessionárias e permissionárias		41	13	Impostos e contribuições sociais diferidos	7	21.252	19.705
Ativo de contrato de concessão	5	642.233	595.165	Tributos diferidos	8	24.046	22.643
Outras contas a receber		4.522	4.147	Provisão para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis	13	117	206
Depósitos judiciais		117	-	Total dos passivos não circulantes		<u>45.415</u>	<u>42.554</u>
Direito de uso		40	-	Total dos passivos		<u>55.390</u>	<u>82.848</u>
Imobilizado		-	4				
Total dos ativos não circulantes		<u>646.953</u>	<u>599.329</u>	<i>Patrimônio líquido</i>			
				Capital social		394.523	394.523
				Reserva de lucros		220.021	185.487
				Dividendos adicionais propostos		33.864	5.378
				Total do patrimônio líquido	14	<u>648.408</u>	<u>585.388</u>
Total dos ativos		<u>703.798</u>	<u>668.236</u>	Total dos passivos e do patrimônio líquido		<u>703.798</u>	<u>668.236</u>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto o lucro por ação)

	Nota explicativa	2021	2020 (Reapresentado)
Receita de implementação de infraestrutura, correção monet.do ativo de contrato de concessão, O&M e outras líquidas		66.745	13.765
Remuneração do ativo de contrato de concessão		34.516	32.614
Receita operacional líquida	19	101.261	46.379
Pessoal		(1.800)	(986)
Material		(2.828)	(3.871)
Serviços de terceiros		(2.732)	(2.280)
Depreciação e amortização		(79)	-
Outros custos operacionais, líquidos		(249)	(675)
Custos operacionais	20	(7.688)	(7.812)
Lucro Bruto		93.573	38.567
Pessoal		(52)	(185)
Serviços de terceiros		(1.653)	(853)
Depreciação e amortização		(2)	(2)
Outras despesas operacionais, líquidas		164	11.678
Créditos (despesas) operacionais	20	(1.543)	10.638
Lucro antes das receitas e despesas financeiras, líquidas dos impostos e das contribuições		92.030	49.205
Receitas financeiras		512	308
Despesas financeiras		(66)	(1.876)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	21	446	(1.568)
Lucro antes dos impostos e das contribuições		92.476	47.637
Imposto de renda e contribuição social correntes		(1.228)	(1.266)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(1.547)	(1.315)
Imposto de renda e contribuição social	15	(2.775)	(2.581)
Lucro líquido do exercício		89.701	45.056
Lucro por Ação			
Lucro por ação - básico e diluído (em R\$)	18	0,20644	0,10369

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente para o exercício findo em
31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	<u>2021</u>	<u>2020</u> (Reapresentado)
Lucro líquido do exercício	<u>89.701</u>	<u>45.056</u>
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total do exercício	<u><u>89.701</u></u>	<u><u>45.056</u></u>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Demonstração da mutação do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros			Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total
			Legal	Especial	Lucros a realizar			
Saldos em 31 de dezembro de 2019		276.811	8.967	147.543	-	-	-	433.321
Aumento de capital		117.712	-	-	-	-	-	117.712
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	45.056	45.056
Destinação do lucro do exercício:								
Reserva legal		-	2.253	-	-	-	(2.253)	-
Reserva especial		-	-	26.724	-	-	(26.724)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	-	(10.701)	(10.701)
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	-	5.378	(5.378)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020 (Reapresentado)	14	394.523	11.220	174.267	-	5.378	-	585.388
Dividendos adicionais propostos aprovados		-	-	-	-	(5.378)	-	(5.378)
Dividendos antecipados declarados		-	-	-	-	-	(18.217)	(18.217)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	89.701	89.701
Destinação do lucro do exercício:								
Reserva legal		-	4.485	-	-	-	(4.485)	-
Reserva de lucros a realizar		-	-	-	30.049	-	(30.049)	-
Dividendos mínimos obrigatórios remanescentes		-	-	-	-	-	(3.086)	(3.086)
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	-	33.864	(33.864)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	14	394.523	15.705	174.267	30.049	33.864	-	648.408

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Demonstração do fluxo de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Nota explicativa	2021	2020 (Reapresentado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		89.701	45.056
Ajustes para:			
(Reversões) de provisões para contingências	13	(195)	(11.881)
Remuneração do ativo de contrato de concessão	5 e 19	(34.516)	(32.614)
Correção monetária do ativo de contrato de concessão	5 e 19	(61.703)	(56.444)
Juros passivo de arrendamento	21	4	-
Depreciação e amortização	20	81	2
Receita de atualização monetária de depósitos judiciais	21	(31)	-
Despesa de atualização monetária de Contingências	21	31	-
Receita de aplicação financeira		-	(308)
Imposto de renda e contribuição social	15	2.775	2.581
Tributos diferidos	19	1.403	850
Juros e variações monetárias de financiamentos	12 e 21	-	1.737
Provisão para parcela variável e outras provisões		236	22.646
Custo de implementação de infraestrutura		-	180
		<u>(2.214)</u>	<u>(28.195)</u>
Variações nos ativos e passivos:			
Redução no saldo do ativo de contrato de concessão		46.033	43.724
(Aumento) redução no saldo do ativo de contas a receber de concessionárias e permissionárias		(3.742)	3.020
(Aumento) nos impostos e contribuições sociais ativos, líquido dos passivos		(269)	(315)
Redução (aumento) nas outras contas a receber, depósitos judiciais e outros ativos		834	(1.546)
Redução (aumento) nos fornecedores		(1.461)	1.968
(Redução) aumento nas taxas regulamentares		(511)	105
(Redução) aumento nas outras contas a pagar		<u>(21.029)</u>	<u>325</u>
		<u>19.855</u>	<u>47.281</u>
Caixa gerado pelas atividades operacionais		<u>17.641</u>	<u>19.086</u>
Imposto de renda e contribuição social pagos		<u>(695)</u>	<u>(925)</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>16.946</u>	<u>18.161</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Redução no saldo de depósitos vinculados		-	14.410
Redução no imobilizado e intangível		-	23
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento		<u>-</u>	<u>14.433</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Pagamento de passivo de arrendamento		(68)	-
Pagamento de dividendos	9	(34.297)	-
Aumento de capital		-	117.712
Empréstimos e financiamentos – pagamento de principal	12	-	(130.881)
Empréstimos e financiamentos – pagamento de juros	12	-	(737)
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de financiamento		<u>(34.365)</u>	<u>(13.906)</u>
(Redução) aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa		<u>(17.419)</u>	<u>18.688</u>
Saldo inicial do caixa e equivalentes de caixa		19.118	430
Saldo final do caixa e equivalentes de caixa		1.699	19.118
(Redução) aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa	4	<u>(17.419)</u>	<u>18.688</u>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A São João Transmissora de Energia S.A. ("SJT" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 06 de agosto de 2013, que tem por objeto social explorar concessões de serviços públicos de transmissão de energia elétrica, prestados mediante a implantação, a construção, a operação e a manutenção de instalações de transmissão, incluindo serviços de apoio e administrativos, necessários à transmissão de energia elétrica, segundo os padrões estabelecidos na legislação e nos regulamentos em vigor.

A Companhia detém a concessão para construção, operação e manutenção das instalações localizadas no estado do Piauí, formadas pela linha de transmissão Gilbués II – São João do Piauí em 500kv com extensão aproximada de 408 km, nos termos do Contrato de Concessão nº 008/2013 celebrado com a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, por um prazo de 30 anos. A Companhia finalizou suas obras e entrou em operação em agosto de 2016.

A SJT passou a ser uma controlada integral da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. ("Taesa") a partir de 14 de fevereiro de 2020, e de acordo com o previsto no Contrato de Concessão assinado com a ANEEL, a Taesa, como acionista controlador, possui o compromisso de garantir que todas as obrigações e encargos estabelecidos no referido contrato sejam cumpridos.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Declaração de conformidade

As presentes demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 24 de março de 2022.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

Todas as informações relevantes das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às informações utilizadas na gestão da Companhia.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo e dos instrumentos financeiros não derivativos, mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, moeda funcional da Companhia e foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas. As principais áreas que envolvem estimativas e premissas são:

a) Ativo de contrato de concessão - A Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito a aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação de receitas por obrigação de performance (implementar, operar e manter as infraestruturas de transmissão).

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos das concessões com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. O ativo de contrato de concessão se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo de contrato de concessão é registrado em contrapartida a receita de implementação da infraestrutura, que é reconhecida com base nos gastos incorridos, acrescidos de margem de construção.

A parcela do ativo de contrato de concessão indenizável final é identificada quando a implementação da infraestrutura é finalizada.

A margem de lucro atribuída a obrigação de performance de implementação da infraestrutura é definida com base nas melhores estimativas e expectativas da Administração sobre os projetos implementados pela Companhia, onde são levados em consideração diversos fatores, como (i) características e complexidade dos projetos, (ii) cenário macroeconômico e (iii) expectativa de investimentos e recebimentos.

A margem de lucro para atividade de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão é determinada com base no preço de venda individual do serviço, a partir de informações disponíveis sobre o valor da contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca da prestação dos serviços prometidos ao cliente, nos casos em que a Companhia tem direito exclusivamente à remuneração pela atividade de operar e manter, conforme CPC 47 – Receita de contrato com o cliente e os custos incorridos para a prestação de serviços da atividade de operação e manutenção.

A taxa aplicada ao ativo de contrato de concessão reflete a taxa implícita do fluxo financeiro de cada projeto e representa a melhor estimativa da Companhia para a remuneração financeira dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa para precificar o componente financeiro do ativo de contrato de concessão é estabelecida na data do leilão.

Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita que a Companhia tem direito a receber, a quantia escriturada do ativo de contrato de concessão é ajustada para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa no resultado.

Quando a concessionária presta serviços de implementação da infraestrutura é reconhecida a receita de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura à medida que são incorridos, adicionados da margem estimada para cada projeto, considerando a estimativa da contraprestação com parcela variável.

Quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo preço justo preestabelecido, que considera os custos incorridos, bem como a margem de lucro estimada, à medida que os serviços são prestados. A receita de operação e manutenção sofrerá alteração em função da inflação, conforme índice de atualização previsto em contrato de concessão, Índice Nacional de Preços ao Consumidor - IPCA.

b) Avaliação de instrumentos financeiros – São utilizadas premissas e técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

justo de determinados tipos de instrumentos financeiros, bem como a análise de sensibilidade dessas premissas.

c) Impostos, contribuições e tributos - Existem incertezas relacionadas à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e à época de resultados tributáveis futuros. Em virtude da natureza de longo prazo, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos, já registradas. São constituídas provisões, quando aplicável, com base em estimativas para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que atua. O valor dessas provisões baseia-se em diversos fatores, tais como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável.

d) Imposto de renda e contribuição social diferidos – São registrados ativos relacionados a impostos diferidos decorrentes de diferenças temporárias entre as bases contábeis de ativos e passivos e as bases fiscais considerando a legislação tributária vigente. Os impostos e contribuições diferidos ativos são reconhecidos à medida em que é esperada a geração de lucro tributável futuro suficiente com base em projeções elaboradas pela Administração. Essas projeções incluem hipóteses relacionadas ao desempenho da Companhia e fatores que podem diferir das estimativas atuais. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e reduzidos à medida que sua realização não seja mais provável.

e) Provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis - A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos externos.

2.5. Informações por segmento

A Companhia atua somente no segmento de transmissão de energia elétrica e realiza atividade de disponibilização da rede básica com base no contrato celebrado com o ONS, denominado Contrato de Uso do Sistema de Transmissão - CUST.

2.6. Representação referente ao exercício de 2020

A Companhia recebeu da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, o Despacho nº 2.001, de 10 de julho de 2017, cancelando o termo de liberação parcial emitido em 31 de agosto de 2016 pelo ONS - Operador Nacional do Sistema (termo que habilitava a Companhia ao recebimento da receita a partir da referida data) pelo fato de atestar, após fiscalização, que as instalações não estavam finalizadas.

Em 31 de outubro de 2017, a ANEEL emitiu através do Despacho nº 3.700, a anulação do Despacho nº 2.001, de 10 de julho de 2017, em observância aos princípios do contraditório e da ampla defesa, para que somente após ocorrida a manifestação prévia da requerente, fosse a proferida nova decisão pela ANEEL.

Em 25 de junho de 2019, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL emitiu a Resolução Homologatória nº 2.565/2019, que determinou a compensação imediata da parcela relativa à RAP (Receita Anual Permitida) recebida pela Companhia entre 31 de agosto de 2016 e 16 de novembro de 2017, até o limite de R\$57.995, com isso a RAP da Companhia foi suspensa nos meses de julho e agosto de 2019 no montante de R\$ 7.929.

Considerando que o montante de RAP na ocasião era inferior ao valor que seria amortizado mensalmente, a Companhia impetrou Mandado de Segurança, cuja liminar foi deferida em setembro/2019, para suspender a exigibilidade do referido montante de R\$57.995, bem como

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2021**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

determinar a autoridade que se abstinhasse de praticar qualquer ato de cobrança ou compensação contra a Companhia, até que fosse proferida a decisão no Recurso Administrativo pendente de julgamento na ANEEL. Mediante a isso, a Companhia voltou a receber a RAP no mês de setembro de 2019.

Em 18 de outubro de 2019, foi publicado o despacho ANEEL nº 2.765/2019 que rejeitou o recurso administrativo interposto pela Companhia e manteve a decisão de compensação da RAP. Os descontos iniciaram a partir do ciclo 2020/2021, conforme Resolução Homologatória ANEEL nº 2.725 de 14 de julho de 2020, com isso a RAP da Companhia foi suspensa nos meses de outubro e novembro de 2019 no montante de R\$ 7.929.

Em dezembro de 2019 o Mandado de Segurança foi julgado, confirmando a liminar anteriormente deferida, motivo pelo qual a Companhia foi reestabelecida, ainda que provisoriamente, ao sistema de contabilização de receita da ONS. Até a data desta publicação, o mérito dessa questão estava sendo discutido na Ação Ordinária 1034249-13.2019.4.01.3400, que aguardava apreciação do pedido de tutela antecipada.

Tendo em vista a concretização do desconto de RAP pela revogação da TLP da SJT no montante R\$40.627, dos quais R\$17.981 foram reconhecidos e descontados no exercício de 2020, restou o saldo a descontar em 31 de dezembro de 2020 de R\$22.646. No entanto, a Companhia não reconheceu nenhum passivo para tais descontos no exercício de 2020.

A Companhia entende que deveria ter reconhecido um passivo sobre o saldo a ser descontado, conforme determina o CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Sendo assim, as informações referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram reapresentadas reconhecendo um passivo no montante de R\$22.646, cuja contrapartida foi a receita bruta.

Os referidos valores estão sendo compensados através da parcela de ajuste conforme resoluções homologatórias dos ciclos 2020/2021 e 2021/2022.

Com base nas orientações emanadas pelo “CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro”, a Companhia apurou os impactos e reapresentou cada uma das linhas afetadas na demonstração financeira do exercício de 2020, da seguinte forma:

Balço Patrimonial	31/12/2020 (Publicado)	31/12/2020 (Reapresentado)	Impacto
Ativo			
Ativos circulantes não afetados	68.907	68.907	-
Total dos ativos circulantes	68.907	68.907	-
Outros ativos não circulantes não afetados	599.329	599.329	-
Total dos ativos não circulantes	599.329	599.329	-
Total dos ativos	668.236	668.236	-
Passivo			
Dividendos a pagar	16.079	10.701	(5.378)
Outras contas a pagar	2.044	24.690	22.646
Passivos circulantes não afetados	4.903	4.903	-
Passivo não circulante	23.026	40.294	17.268
Passivos não circulantes não afetados	42.554	42.554	-
Total dos passivos não circulantes	42.554	42.554	-
Total dos passivos	65.580	82.848	17.268
Patrimônio líquido			
Capital social	394.523	394.523	-
Reserva de lucros	208.133	185.487	(22.646)
Dividendos adicionais propostos	-	5.378	5.378
Total do patrimônio líquido	602.656	585.388	(17.268)
Total do passivo e patrimônio líquido	668.236	668.236	-

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2021**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Demonstração do Resultado do exercício	31/12/2020 (Publicado)	31/12/2020 (Reapresentado)	Impactos
Receita de implementação de infraestrutura, correção monet. do ativo de contrato de concessão, O&M e outras líquidas	36.411	13.765	(22.646)
Remuneração do ativo de contrato de concessão	32.614	32.614	-
Receita operacional líquida	69.025	46.379	(22.646)
Custos operacionais	(7.812)	(7.812)	-
Resultado Bruto	61.213	38.567	(22.646)
Despesas gerais e administrativas	10.638	10.638	-
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e dos impostos e contribuições	71.851	49.205	(22.646)
Resultado financeiro	(1.568)	(1.568)	-
Resultado antes dos impostos e contribuições	70.283	47.637	(22.646)
Imposto de renda e contribuição social	(2.581)	(2.581)	-
Lucro Líquido do Exercício	67.702	45.056	(22.646)

Demonstração do resultado abrangente	31/12/2020 (Publicado)	31/12/2020 (Reapresentado)	Impactos
Resultado do exercício	67.702	45.056	(22.646)
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Resultado abrangente total do exercício	67.702	45.056	(22.646)

Demonstração das mutações do patrimônio líquido	31/12/2020 (Publicado)	31/12/2020 (Reapresentado)	Impacto
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2019	433.321	433.321	-
Resultado líquido do exercício	67.702	45.056	(22.646)
Dividendos mínimos obrigatórios	(16.079)	(10.701)	5.378
Outros itens não afetados	117.712	117.712	-
Total do Patrimônio Líquido	602.656	585.388	(17.268)

Demonstração do Fluxo de Caixa	31/12/2020 (Publicado)	31/12/2020 (Reapresentado)	Impacto
Lucro líquido do exercício	67.702	45.056	(22.646)
Provisão para parcela variável e outras provisões	-	22.646	22.646
Outros itens não afetados	(49.541)	(49.541)	-
Fluxo de caixa operacional	18.161	18.161	-
Fluxo de caixa de investimentos	14.433	14.433	-
Fluxo de financiamentos	(13.906)	(13.906)	-
Redução líquida de caixa e equivalente de caixa	18.688	18.688	-

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

3.1. Reconhecimento de receita

Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 – Instrumentos Financeiros, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas são reconhecidas (i) quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente; (ii) quando for possível identificar os direitos; e (iii) quando houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos:

a) Receita de implementação de infraestrutura - Serviços de implementação, ampliação, reforço e melhorias de instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de implementação de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos, acrescidos de margem.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

A receita de implementação de infraestrutura é reconhecida em contrapartida ao ativo de contrato, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de performance de operar e manter. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo de contrato de concessão equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de performance de construir, torna-se um ativo financeiro (contas a receber de concessionárias e permissionárias), pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido.

b) Remuneração do ativo de contrato de concessão - Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa implícita aplicada sobre o valor dos investimentos da infraestrutura de transmissão, e considera as especificidades de cada projeto de reforço, melhorias e leilões. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo de contrato de concessão e é determinada no início do projeto e não sofre alterações posteriores. As taxas implícitas utilizadas pela Companhia incidem sobre os montantes a receber dos fluxos futuros de recebimentos de caixa e variam entre 0,89% e 5,68% ao ano.

c) Receita de correção monetária do ativo de contrato de concessão – Correção reconhecida a partir da operacionalização do empreendimento com base no índice de inflação definido no contrato de concessão.

d) Receita de operação e manutenção - Serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, cujo reconhecimento inicia-se a partir da operacionalização do empreendimento. Esta receita é calculada levando em consideração os custos incorridos na realização da obrigação de desempenho, acrescidos de margem.

3.2. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, que é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos, e atualização monetária de depósitos judiciais.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos, arrendamento e atualização monetária de contingências.

3.3 Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros

Classificação e mensuração - Os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) e ao valor justo por meio do resultado (“VJR”). A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia apresenta seus instrumentos financeiros da seguinte forma:

- Ativos financeiros ao VJR - Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.
- Custo amortizado - Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.

(i) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros ("impairment") - O modelo de perdas esperadas é aplicado aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. A Companhia não identificou perdas ("impairment") a serem reconhecidas nos exercícios apresentados.

(ii) Baixa de ativos financeiros - A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como VJR quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

3.4. Provisões para riscos trabalhistas e cíveis

Uma provisão é reconhecida, em virtude de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e é provável que um recurso econômico venha a ser exigido para liquidar a obrigação. A despesa relativa à constituição de qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

3.5. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base no regime do lucro presumido considerando as seguintes premissas: (i) Imposto de renda - base de cálculo de 8% da receita, alíquota do imposto de renda de 15% e adicional de 10% sobre a base tributável excedente de R\$240; e (ii) Contribuição social - base de cálculo de 12% da receita e alíquota da contribuição social de 9%.

A base de cálculo é a receita bruta auferida trimestralmente acrescida de ganhos de capital, dos rendimentos e ganhos líquidos auferidos em aplicações financeiras (renda fixa e variável) e das variações monetárias ativas e demais resultados positivos obtidos pela Companhia.

Os impostos diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Os impostos diferidos são mensurados pelas alíquotas que se espera serem

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

3.6 Arrendamentos

A Companhia avalia, na data de início do contrato de aluguel, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

A Companhia como arrendatária aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

a) Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento.

O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos mensurados pelo valor presente, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

b) Passivos de arrendamento

A Companhia determina o prazo não cancelável de um arrendamento avaliando as opções de prorrogação e de rescisão do contrato de arrendamento, considerando a razoabilidade de exercer ou não quaisquer dessas opções. Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Companhia exercendo a opção de rescindir a arrendamento.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juros implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

c) Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra ou renovação). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de arrendamento para o qual o ativo subjacente é de baixo valor (valores iguais ou inferiores a US\$5). Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

3.7 Lucro por ação

O lucro por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia e da média ponderada das ações em circulação no respectivo exercício. O lucro por ação diluído é calculado considerando o efeito de instrumentos dilutivos, quando aplicável.

3.8 Demonstração dos fluxos de caixa ("DFC")

A Companhia classifica na DFC os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que os juros pagos representam custos para obtenção de seus recursos financeiros.

3.9 Normas e interpretações novas e revisadas

Aplicação das normas novas e revisadas, a partir de 1º de janeiro de 2021, que não tiveram efeito ou não tiveram efeito material sobre os montantes divulgados no período atual e em períodos anteriores.

Alterações no CPC 06 (R2), CPC 11, CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência - Em 27 de agosto de 2020, o IASB emitiu alterações no IFRS 16, IFRS 4, IAS 39, IFRS 7 e IFRS 9. As alterações aos pronunciamentos CPC 38 e 48 fornecem exceções temporárias que endereçam os efeitos das demonstrações financeiras quando uma taxa de certificado de depósito interbancário é substituída com uma alternativa por uma taxa quase que livre de risco. As alterações incluem os seguintes expedientes práticos:

- (i) Um expediente prático que requer mudanças contratuais, ou mudanças nos fluxos de caixa que são diretamente requeridas pela reforma, a serem tratadas como mudanças na taxa de juros flutuante, equivalente ao movimento numa taxa de mercado.
- (ii) Permite mudanças requeridas pela reforma a serem feitas nas designações e documentações de hedge, sem que o relacionamento de hedge seja descontinuado.
- (iii) Fornece exceção temporária para entidades estarem de acordo com o requerimento de separadamente identificável quando um instrumento com taxa livre de risco é designado como hedge de um componente de risco.

Essas alterações são válidas a partir de 1º de janeiro de 2021, porém não impactaram as demonstrações financeiras da Companhia. A Companhia pretende usar os expedientes práticos nos períodos futuros se eles se tornarem aplicáveis.

Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento que vão além de 30 de junho de 2021 - As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

direta da pandemia Covid-19. Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado à Covid-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada ao Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento.

A alteração pretendia a ser aplicada até 30 de junho de 2021, mas como o impacto da pandemia do Covid-19 pode continuar, em 31 de março de 2021, o CPC estendeu o período da aplicação deste expediente prático para de 30 junho de 2022. Essa alteração entra em vigor para exercícios sociais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2021. No entanto, a Companhia ainda não recebeu benefícios concedidos para arrendatários relacionados à Covid-19, mas planeja aplicar o expediente prático quando disponível dentro do período da norma.

Alterações no CPC 00: Referência à Estrutura Conceitual - Em 14 de maio de 2020 o IASB emitiu alterações à IFRS 3, correlacionado ao CPC 00. As alterações atualizam uma referência desatualizada à Estrutura Conceitual na IFRS 3 sem alterar significativamente os requisitos da norma.

Essas alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2022 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia avalia o impacto que as alterações terão na prática atual.

Alterações no CPC 25: Contratos Onerosos - Custo de Cumprimento de um Contrato – Em 14 de maio de 2020 o IASB emitiu alterações à IAS 37, correlacionada ao CPC 25. As alterações especificam que o “custo de cumprir” um contrato inclui os “custos que se relacionam diretamente com o contrato”. Os custos que se relacionam diretamente com um contrato podem ser custos incrementais de cumprimento desse contrato (exemplos seriam mão de obra direta, materiais) ou uma alocação de outros custos relacionados diretamente ao cumprimento de contratos (um exemplo seria a alocação do encargo de depreciação para um item do ativo imobilizado utilizado no cumprimento do contrato).

Essas alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2022 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia avalia o impacto que as alterações terão na prática atual.

Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante - Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- (i) O que significa um direito de postergar a liquidação;
- (ii) Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
- (iii) Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação;
- (iv) Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação.

As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia avalia o impacto que as alterações terão na prática atual.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e bancos	768	78
Aplicações financeiras	931	19.040

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	31/12/2021	31/12/2020
	1.699	19.118
Taxa de rentabilidade anual acumulada CDB e Operações Compromissadas	31/12/2021 100,23% do CDI	31/12/2020 99,99% do CDI

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo. São operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

5. ATIVO DE CONTRATO DE CONCESSÃO

Linha de transmissão	31/12/2020	Remuneração	Correção Monetária	Recebimento	31/12/2021
LT Gilbués II – São João do Piauí – PI	639.766	34.516	61.703	(46.033)	689.952
Circulante	44.601				47.719
Não circulante	595.165				642.233

Linha de transmissão	31/12/2019	Remuneração	Correção Monetária	Recebimento	31/12/2020
LT Gilbués II – São João do Piauí – PI	594.241	32.614	56.444	(43.533)	639.766
Circulante	46.362				44.601
Não circulante	547.879				595.165

- Principais características dos contratos de concessão

RAP - A prestação do serviço público de transmissão ocorrerá mediante o pagamento à transmissora da RAP a ser auferida, a partir da data de disponibilização para operação comercial das instalações de transmissão. A RAP é reajustada anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor - IPCA.

Faturamento da receita de operação, manutenção e implementação de infraestrutura - Pela disponibilização das instalações de transmissão para operação comercial, a transmissora terá direito ao faturamento anual de operação, manutenção e implementação de infraestrutura, reajustado e revisado anualmente.

Parcela variável - A receita de operação, manutenção e implementação de infraestrutura estará sujeita a desconto, mediante redução em base mensal, refletindo a condição de disponibilidade das instalações de transmissão, conforme metodologia disposta no Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão - CPST. A parcela referente ao desconto anual por indisponibilidade não poderá ultrapassar 12,5% da receita anual de operação, manutenção e construção da transmissora, relativa ao período contínuo de 12 meses anteriores ao mês da ocorrência da indisponibilidade, inclusive esse mês. Caso seja ultrapassado o limite supracitado, a transmissora estará sujeita à penalidade de multa, aplicada pela ANEEL nos termos da Resolução nº 318, de 6 de outubro de 1998, no valor máximo por infração incorrida de 2% do valor do faturamento anual de operação, manutenção e implementação de infraestrutura dos últimos 12 meses anteriores à lavratura do auto de infração.

Extinção da concessão e reversão de bens vinculados - O advento do termo final do contrato de concessão determina, de pleno direito, a extinção da concessão, facultando-se à ANEEL, a seu exclusivo critério, prorrogar o referido contrato até a assunção de uma nova transmissora. A extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão, ao Poder Concedente, dos bens vinculados ao serviço, sendo procedidos os levantamentos e as avaliações, bem como a determinação do montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2021**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

O valor da indenização dos bens reversíveis será aquele resultante de inventário realizado pela ANEEL ou por preposto especialmente designado, e seu pagamento será realizado com os recursos da Reserva Global de Reversão – RGR. A Companhia não é obrigada a remunerar o Poder Concedente pelas concessões das linhas de transmissão de energia por meio de investimentos adicionais quando da reversão dos bens vinculados ao serviço público de energia elétrica. A Administração entende que a melhor estimativa para o valor de indenização é o valor residual do ativo imobilizado.

Renovação - A critério exclusivo da ANEEL e para assegurar a continuidade e qualidade do serviço público, o prazo da concessão poderá ser prorrogado por, no máximo, igual período, mediante requerimento da transmissora.

Aspectos ambientais - A transmissora deverá construir, operar e manter as instalações de transmissão, observando a legislação e os requisitos ambientais aplicáveis, adotando todas as providências necessárias perante o órgão responsável para obtenção dos licenciamentos, por sua conta e risco, e cumprir todas as suas exigências.

Descumprimento de penalidades - Nos casos de descumprimento das penalidades impostas por infração ou notificação ou determinação da ANEEL e dos procedimentos de rede, para regularizar a prestação de serviços, poderá ser decretada a caducidade da concessão, na forma estabelecida na lei e no contrato de concessão, sem prejuízo da apuração das responsabilidades da transmissora perante o Poder Concedente, a ANEEL, os usuários e terceiros, e das indenizações cabíveis. Alternativamente à declaração de caducidade, a ANEEL poderá propor a desapropriação do bloco de ações de controle da transmissora e levá-lo a leilão público. O valor mínimo definido para o leilão será o montante líquido da indenização que seria devida no caso da caducidade. Aos controladores será transferido, do montante apurado, o valor equivalente às respectivas participações.

Estrutura de formação da RAP - A Companhia é remunerada pela disponibilidade de suas instalações de transmissão, integrantes da Rede Básica e da Rede Básica de Fronteira, não estando vinculada à carga de energia elétrica transmitida, mas sim ao valor homologado pela ANEEL quando da outorga do contrato de concessão. A remuneração pelas Demais Instalações de Transmissão - DIT que não pertencem à Rede Básica é feita por meio de uma tarifa definida pela ANEEL.

- Resoluções homologatórias emitidas pela ANEEL

Ciclo 2021-2022			Ciclo 2020-2021			Ciclo 2019-2020		
Resolução 2.959 de 05/10/2021 (i) Período: de 01/07/2021 a 30/06/2022			Resolução 2.725 de 14/07/2020 Período: de 01/07/2020 a 30/06/2021			Resolução 2.565 de 25/06/2019 Período: de 01/07/2019 a 30/06/2020		
RAP	PA	Total	RAP	PA	Total	RAP	PA	Total
53.853	(5.189)	48.664	49.835	(34.649)	15.186	47.573	(57.995)	(10.422)

(i) A Resolução Homologatória nº 2.959 de 05 de outubro de 2021 alterou a Resolução Homologatória nº 2.895 de 13 de julho de 2021.

6. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	31/12/2021	31/12/2020
IRPJ e CSLL antecipados e a compensar	155	142
IRRF sobre aplicações financeiras	199	242
Impostos e contribuições retidos	24	24
Ativo circulante	378	408
IRPJ e CSLL correntes	810	543
PIS e COFINS	796	727
INSS e FGTS	5	95
ISS	80	34

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2021**
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	31/12/2021	31/12/2020
ICMS	4	38
Outros	41	65
Passivo circulante	1.736	1.502

7. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES DIFERIDOS

	31/12/2021	31/12/2020
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL sobre diferenças temporárias – Passivo (*)	21.252	19.705

(*) Valores substancialmente relacionados à aplicação do CPC 47.

8. TRIBUTOS DIFERIDOS

	31/12/2021	31/12/2020
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS – Passivo (a)	24.046	22.643

(a) Valores referentes à aplicação do CPC 47.

9. PARTES RELACIONADAS

I – Outras Contas a receber – OCR, Contas a Receber de Concessionárias e Permissionárias - CRCP e Outras Contas a Pagar – OCP.

a) Ativos e receitas

Principais informações sobre os contratos e transações com partes relacionadas					
REF	Classificação contábil, natureza do contrato e contraparte	Valor original	Período de vigência	Taxa de juros /Atualização monetária	Principais condições de rescisão ou extinção e outras informações relevantes
<u>Transação com empresa do grupo Taesa</u>					
1	OCR x disponibilidades - reembolso de despesas - SPT (*)	N/A	N/A	Não há taxa de juros e atualização monetária.	Não houve
<u>Transação com empresas ligadas</u>					
2	CRCP x receitas - Contrato de prestação de serviço de transmissão de energia elétrica ("PSTEL") – CEMIG	Os valores são definidos pela ONS a cada emissão do AVC	Até o término da concessão	N/A	Não Aplicável.

REF	Contratos e outras transações	Ativo		Receita	
		31/12/2021	31/12/2020	2021	2020
<u>Transação com empresa do grupo Taesa</u>					
1	Reembolso de despesas – SPT	-	373	-	-
<u>Transação com empresa ligadas</u>					
2	PSTEL – CEMIG	249	18	2.067	1.308
		249	391	2.067	1.308

(*) Como parte do processo de gerenciamento e rateio dos custos e despesas da Companhia, uma das empresas efetua o pagamento desses gastos por conta e ordem de outras empresas do Grupo. A Administração considera para fins de divulgação apenas o saldo em aberto (a pagar ou a receber) no Grupo e entende que não existe um montante envolvido específico a ser divulgado nem impacto no resultado.

b) Passivo e despesas

Principais informações sobre os contratos e transações com partes relacionadas					
REF	Classificação contábil, natureza do contrato e contraparte	Valor original	Período de vigência	Taxa de juros /Atualização monetária	Principais condições de rescisão ou extinção e outras informações relevantes
<u>Transações com a Controladora</u>					

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2021**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Principais informações sobre os contratos e transações com partes relacionadas					
R E F	Classificação contábil, natureza do contrato e contraparte	Valor original	Período de vigência	Taxa de juros /Atualização monetária	Principais condições de rescisão ou extinção e outras informações relevantes
1	OCP x Serviço de terceiros - Serviços de "back-office" - Taesa	R\$38 Valor mensal	15/06/2020 a 15/06/2025	Multa de 2% a. m. + juros de mora/ Atualização anual pelo IPCA.	O presente contrato foi rescindido e absorvido integralmente pelo contrato de Compartilhamento de Infraestrutura e Recursos Humanos.
2	OCP x Despesas operacionais - Compartilhamento de Infra. e RH - Taesa	N/A	01/12/2021 a 01/12/2026	N/A	Os valores são definidos através dos critérios de rateio e alocação que tem como base o ativo imobilizado da contratante. Caso ocorra variações consideráveis nos critérios de alocação, a contratante poderá solicitar a revisão através da formalização via termo aditivo.
3	OCP x Serviço de terceiros - Serviços de O&M - Taesa	R\$90 Valor mensal	15/05/2020 a 15/05/2025	Multa de 2% a. m. + juros de mora de 1%/ Atualização anual pelo IPCA.	O contrato pode ser rescindido nos seguintes casos: Inadimplemento comprovado de qualquer cláusula contratual, Incapacidade técnica, recuperação judicial.
4	OCP x - reembolso de despesas	N/A	N/A	Não há taxa de juros e atualização monetária.	Não houve.

R E F	Contratos e outras transações	Passivo		Custos e Despesas	
		31/12/2021	31/12/2020	2021	2020
<u>Transações com a Controladora</u>					
1	Serviços de "back-office" - Taesa	-	37	438	228
2	Compartilhamento de Infra. e RH - Taesa	181	-	181	-
3	Serviços de "O&M" - Taesa	28	90	1.069	674
4	Reembolso de despesa - Taesa	-	11	-	-
		209	138	1.688	902

II – Dividendos a pagar

	31/12/2020 (reapresentado)	Adição	Pagamento	31/12/2021
Dividendos a pagar a Taesa	10.701	26.682	(34.297)	3.086

	Exercício de competência	Data de aprovação	Órgão de Aprovação	Data de pagamento	Valor
Dividendos intercalares	2021	02/12/2021	AGE	28/12/2021	4.897
Dividendos intercalares	2021	13/05/2021	AGE	28/12/2021	13.321
Dividendos obrigatórios e adicionais	2020	30/04/2021 (*)	AGO	27/05/2021	16.079
					34.297

(*) Em referência a reapresentação dos valores referentes ao exercício de 2020, conforme nota explicativa 2.6, a destinação do resultado do exercício reapresentado será rerratificada na mesma AGO que aprovará as demonstrações financeiras e proposta de destinação do resultado do exercício de 2021, prevista para ocorrer até o mês de abril de 2022.

III - Remuneração dos diretores

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os administradores da Companhia abdicaram qualquer tipo de remuneração pelo desempenho de suas funções.

10. FORNECEDORES

	31/12/2021	31/12/2020
GE Digital Energy do Brasil LTDA	221	221
GEO Advance Tecnologia e Contrucoes Eireli	216	-
Serrão Sociedade de Advogados	200	-
Volk e Giffoni Ferreira Sociedade	200	-
WM Paisagismo Urbanismo e Comercio Eireli ME	-	1.517

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2021**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	31/12/2021	31/12/2020
Instronic Instrumentos de Testes Ltda	-	265
Outros	229	524
	1.066	2.527

11. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	2021	2020 (Reapresentado)
Passivo circulante		
Folha de pagamento	563	518
Partes relacionadas – Vide nota explicativa nº 9	209	138
Parcela de ajuste - Cancelamento TLD (a)	1.972	22.646
Outros	926	1.388
	3.670	24.690

(a) Termo de liberação definitivo.

12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Características do empréstimo					
Financiador	Data de assinatura	Valor contratado e liberado	Vencimento final	Encargos financeiros anuais	Parcelas a vencer
CEF – FINISA	30/12/2013	R\$ 215.634	31/12/2023	Taxa fixa de 3,5% a.a.	n/a

	31/12/2019	Juros incorridos	Juros pagos	Amortização de principal	31/12/2020
CEF – FINISA	129.881	1.737	(737)	(130.881)	-
Circulante	30.933				-
Não circulante	98.948				-

Em 14 de fevereiro de 2020, a Companhia liquidou, antecipadamente, o empréstimo junto à Caixa Econômica Federal, desembolsando o montante de R\$128.718.

13. PROVISÕES PARA RISCOS TRABALHISTAS, CÍVEIS E TRIBUTÁRIOS

A Companhia é parte em ações judiciais perante vários tribunais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo aspectos cíveis.

Com base na opinião de seus assessores jurídicos externos, a Companhia constituiu provisão para riscos cíveis, referentes à faixa de servidão, em montantes considerados suficientes para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso. A Companhia possui depósitos judiciais relativos a estas ações no valor atualizado de R\$117.

Mutação das provisões	31/12/2020	Atualização monetária	Baixa	Servidões	Reversões	31/12/2021
Cíveis	192	31	-	86	(192)	117
Tributários	14	-	(11)	-	(3)	-
	206	31	(11)	86	(195)	117

Mutação das provisões	31/12/2019	Adições	Reversões (a)	31/12/2020
Cíveis	-	192	-	192
Tributários	12.087	458	(12.531)	14
	12.087	650	(12.531)	206

(a) A Companhia possui uma liminar expedida pela 22ª VARA FEDERAL de Brasília, em 24 de março de 2017, que afasta a aplicação do percentual de 32% para fins de IRPJ e CSLL, por considerar que a totalidade das receitas auferidas (RAP) pela Companhia, com base nos contratos de concessão, decorre exclusivamente da prestação de serviços de transmissão de energia elétrica, sujeita à aplicação dos percentuais de 8% e 12% para fins de IRPJ e CSLL, respectivamente. Em 08 de novembro de 2018, o juiz proferiu sentença favorável nos embargos de declaração opostos pela Companhia. Mediante as decisões favoráveis, em 2020 a Companhia, reverteu as provisões relacionadas a essa natureza. Em face da sentença,

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2021**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

a União interpôs recurso de apelação. Atualmente, aguardamos a inclusão do referido recurso na pauta de julgamento do TRF1.

Passivos contingentes

Em 31 de dezembro de 2021, com base na opinião dos consultores jurídicos externos, o montante de causas com risco de perda classificados como possível era no valor atualizado de R\$789, sendo R\$739 referentes a contingências cíveis e R\$50 a contingências trabalhistas, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social - Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o capital social totalmente integralizado era de R\$394.523, representado por 434.523.157 (quatrocentas e trinta e quatro milhões, quinhentas e vinte e três mil e cento e cinquenta e sete) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Reservas de lucro – (a) Reserva legal - constituída à base de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social, (b) Reserva de especial – constituída com base no artigo 202, inciso III, parágrafo 5º da Lei nº 6.404/76 e (c) Reserva de lucros a realizar – constituída com base no artigo 197 da nº Lei 6.404/76.

Remuneração dos acionistas - O estatuto social da Companhia prevê o pagamento de dividendos anual mínimo obrigatório de 25%, calculado sobre o lucro líquido do exercício apurado na forma da Lei nº 6.404/76.

Destinação do lucro líquido do exercício

	31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado)
Lucro líquido do exercício	89.701	45.056
Reserva legal - 5%	(4.485)	(2.253)
Lucro líquido do exercício ajustado	85.216	42.803
Dividendos intercalares pagos	(18.217)	-
	66.999	42.803
Dividendos mínimos obrigatórios remanescentes	(3.086)	(10.701)
Dividendos adicionais propostos	(33.864)	(5.378)
Reserva especial	-	(26.724)
Reserva de lucros a realizar	(30.049)	-

15. CRÉDITO (DESPESA) DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Correntes - Calculados sobre a receita bruta com base no regime do lucro presumido.

Reconciliação da taxa efetiva	2021		2020	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receita operacional bruta	104.553	104.553	48.527	48.527
(+/-) Parcela antecipada - superávit/déficit	(20.842)	(20.842)	(20.353)	(20.353)
(+) Parcela de ajuste – Cancelamento do TLD (a)	-	-	22.646	22.646
Diferença entre regime de caixa e competência	(48.860)	(48.860)	(25.096)	(25.096)
	34.851	34.851	25.724	25.724
Percentual	8%	12%	8%	12%
	2.788	4.182	2.058	3.087
Demais receitas:				
Rendas de aplicação financeira	481	481	232	232

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2021**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Reconciliação da taxa efetiva	2021		2020	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Outras receitas financeiras	43	43	11	11
	524	524	243	243
Base de cálculo	3.312	4.706	2.301	3.330
Imposto de renda - 15%	(497)		(345)	-
Adicional de imposto de renda - 10%	(307)		(206)	-
Contribuição social - 9%		(424)		(300)
IRPJ e CSLL - Provisão de Contingências	-	-	(319)	(96)
Total de despesa	(804)	(424)	(870)	(396)
Total de IRPJ e CSLL		(1.228)		(1.266)

(a) Termo de liberação definitivo.

Diferidos - Registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos (que afetem diretamente a receita, uma vez que a Companhia é tributada pelo lucro presumido) e o respectivo valor contábil, incluindo-se entre elas os ajustes decorrentes das Leis nº 11.638/07, nº 11.941/09 e nº 12.973/14.

	2021	2020
Imposto de renda	(1.005)	(854)
Contribuição social	(542)	(461)
	(1.547)	(1.315)

16. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia adota a política de contratar seguros para os bens sujeitos a riscos, para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, e possuem cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para os bens tangíveis atrelados à concessão, exceto para as linhas de transmissão do projeto. Esse fato é uma consequência de as coberturas compreendidas nas apólices não serem compatíveis com os riscos efetivos das linhas de transmissão e os prêmios cobrados no mercado das seguradoras e resseguradoras serem demasiadamente elevados. A Companhia mantém apenas seguros em relação aos danos em seus equipamentos acima de R\$500, galpões e estoques, e possui cobertura de responsabilidade civil de diretores e administradores - "Director and Officer - D&O" e de frota.

Tipo de seguro	Seguradora	Vigência	Limite máximo de indenização	DM - valor em risco	Prêmio
Responsabilidade Civil Geral	Fator Seguros	20/09/2021 A 19/09/2022	10.000	-	1
Risco operacional	Mapfre Seguros	01/06/2021 A 01/12/2022	126.000	-	76
Responsabilidade Civil de Diretores e administradores	Ezze Seguradora	18/09/2021 A 18/09/2022	40.000	-	1

Os seguros da Companhia são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes e dada a sua natureza não fazem parte do escopo do nosso auditor independente.

17. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

17.1 Estrutura de gerenciamento de riscos

O gerenciamento de riscos da Companhia visa identificar e analisar os riscos considerados relevantes pela Administração. Esses riscos incluem o risco de mercado (risco de moeda, de taxa de juros e outros riscos operacionais, quando aplicável), de crédito e de liquidez. A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos nos exercícios apresentados.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

17.2 Gestão do risco de capital

A Companhia administra seus capitais para assegurar que possa continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A estrutura de capital é formada pelo endividamento líquido, ou seja, empréstimos e financiamentos, deduzidos pelo caixa e equivalentes de caixa, e patrimônio líquido.

17.3 Categorias de instrumentos financeiros

	31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado)
Ativos financeiros		
Valor justo através do resultado:		
- Aplicações financeiras	931	19.040
Custo amortizado:		
- Caixa e bancos	768	78
- Contas a receber de concessionárias e permissionárias	4.439	933
- Rateio de antecipação e Parcela de ajuste	6	927
	6.144	20.978
Passivos financeiros		
Outros passivos financeiros ao custo amortizado:		
- Fornecedores	1.066	2.527
- Parcela de ajuste - Cancelamento TLD (a)	1.972	22.646
	3.038	25.173

(a) Termo de liberação definitivo.

17.4 Risco de mercado

17.4.1 Gestão do risco de taxa de juros

A receita da Companhia é atualizada anualmente por índices de inflação. Em caso de deflação, as concessionárias terão suas receitas reduzidas. Em caso de repentino aumento da inflação, as concessionárias poderiam não ter as suas receitas ajustadas tempestivamente e, com isso, incorrer em impactos nos resultados.

Para minimizar o risco de captação insuficiente de recursos com custos e prazos de reembolso considerados adequados, a Companhia monitora permanentemente o cronograma de pagamento de suas obrigações e a sua geração de caixa. Não houve mudança relevante na exposição da Companhia quanto aos riscos de mercado ou na maneira pela qual ela administra e mensura esses riscos.

A Companhia está exposta às flutuações de taxa de juros pós-fixadas sobre aplicações financeiras, cujo risco é administrado por meio do monitoramento dos movimentos de taxas de juros.

17.4.2 Análises de sensibilidade sobre instrumentos financeiros

As análises de sensibilidade foram elaboradas com base na exposição líquida da Companhia às taxas variáveis dos instrumentos financeiros ativos relevantes, em aberto no fim do período deste relatório. Essas análises foram preparadas assumindo que o valor dos ativos a seguir estivesse em aberto durante todo o exercício, ajustado com base nas taxas estimadas para um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, pode gerar resultados adversos.

Índice	31/12/2021	Cenário provável em 31/12/2022
CDI (a)	4,39%	12,75%

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

(a) Divulgado pelo BACEN (Relatório Focus - Mediana Agregado), 11 de março de 2022 – Fonte Externa Independente.

Exposição líquida dos instrumentos financeiros não derivativos	31/12/2021	Efeito Provável no LAIR - 2022 - (redução)
Ativos financeiros – Equivalente de caixa – CDI	931	78

17.5 Gestão de risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. Esse risco é basicamente proveniente dos investimentos mantidos com bancos e instituições financeiras.

O risco de crédito do saldo mantido em caixa e equivalentes de caixa é limitado porque as contrapartes são representadas por bancos e instituições financeiras que possuem níveis de classificação de crédito (“ratings”) satisfatórios, o que caracteriza uma grande probabilidade de que nenhuma contraparte falhe ao cumprir com suas obrigações.

Com relação ao risco de crédito proveniente das transações com clientes e o ativo de contrato de concessão, a Administração entende que não é necessária a contabilização de provisão para perdas ou análises de crédito em relação aos seus clientes, pois o CUST, celebrado entre o ONS e os usuários da rede, tem como finalidade garantir o recebimento dos valores devidos pelos usuários às Transmissoras, pelos serviços prestados. Ademais, o CUST institui mecanismos de proteção ao pagamento dos encargos pelos usuários, por meio da celebração do Contrato de Constituição de Garantia - CCG ou da Carta de Fiança Bancária - CFB. É através do CUST que é realizada a administração da cobrança e liquidação dos encargos de uso da transmissão e da execução do sistema de garantias, no qual o ONS atua em nome das concessionárias de transmissão. As principais vantagens desses mecanismos de proteção são: (i) riscos diluídos, pois todos os usuários têm a obrigação de pagar a todos os transmissores; (ii) as garantias financeiras são fornecidas individualmente pelos usuários; e (iii) negociações de pagamento são feitas diretamente entre transmissores e usuários. No caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao CCG ou à CFB.

17.6 Gestão dos riscos operacionais

É o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Os principais riscos operacionais aos quais a Companhia está exposta, são:

Riscos regulatórios - Extensa legislação e regulação governamental emitida pelos seguintes órgãos: Ministério de Minas e Energia - MME, ANEEL, nos, Ministério do Meio Ambiente. Caso a Companhia venha a infringir quaisquer disposições da legislação ou regulamentação aplicáveis, a referida infração pode significar a imposição de sanções pelas autoridades competentes.

Risco de seguros - Contratação de seguros de risco operacional e de responsabilidade civil para suas subestações. Apesar da adoção de critérios de contratação dos seguros de risco operacional e responsabilidade civil com o intuito de utilizar práticas adotadas por outras empresas representativas do setor, danos nas linhas de transmissão contra prejuízos decorrentes de incêndios, raios, explosões, curtos-circuitos e interrupções de energia elétrica não são cobertos por tais seguros, o que poderia acarretar custos e investimentos adicionais significativos.

Risco de interrupção do serviço - Em caso de interrupção do serviço, a Companhia estará sujeita à redução de sua receita por meio da aplicação de algumas penalidades, dependendo do tipo, do nível e da duração da indisponibilidade dos serviços, conforme regras estabelecidas pelo órgão regulador. No caso de desligamentos prolongados, os efeitos podem ser relevantes.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Risco de construção e desenvolvimento das infraestruturas - Caso a Companhia expanda os seus negócios através da construção de novas instalações de transmissão, poderá incorrer em riscos inerentes à atividade de construção, atrasos na execução da obra e potenciais danos ambientais que poderão resultar em custos não previstos e/ou penalidades. Caso ocorra algum atraso ou algum dano ambiental no âmbito da construção e desenvolvimento de infraestruturas, tais eventos poderão prejudicar o desempenho operacional da Companhia ou atrasar seus programas de expansão, hipótese em que a performance financeira da Companhia poderia sofrer um impacto adverso.

Dado que a Companhia pode depender de terceiros para fornecer os equipamentos utilizados em suas instalações, estão sujeitas a aumentos de preços e falhas por parte de tais fornecedores, como atrasos na entrega ou entrega de equipamentos avariados. Tais falhas poderão prejudicar as atividades e ter um efeito adverso nos resultados.

Adicionalmente, devido às especificações técnicas dos equipamentos utilizados em suas instalações, há disponibilidade de poucos fornecedores e, para determinados equipamentos, há um único fornecedor.

Caso algum fornecedor descontinue a produção ou interrompa a venda de quaisquer dos equipamentos adquiridos, pode não haver possibilidade de aquisição de tal equipamento com outros fornecedores. Nesse caso, a prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica poderá ser afetada, sendo obrigadas a realizar investimentos não previstos, a fim de desenvolver ou custear o desenvolvimento de nova tecnologia para substituir o equipamento indisponível, o que poderá impactar de forma negativa a sua condição financeira e seus resultados operacionais.

Risco técnico - Eventos de caso fortuito ou força maior podem causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nesses casos, os custos necessários à recolocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pela Companhia. Caso tais riscos se materializem, o desempenho financeiro e operacional da Companhia poderá sofrer um impacto adverso.

Risco de contencioso - A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos, que são acompanhados pelos seus assessores jurídicos. A Companhia analisa periodicamente as informações disponibilizadas pelos seus assessores jurídicos para concluir sobre a probabilidade de êxito final das causas, evitando a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação e buscar eficácia de custos.

A Administração da Companhia é responsável pelo desenvolvimento e implantação de controles para mitigar os riscos operacionais: (i) exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações; (ii) exigências para a reconciliação e o monitoramento de operações; (iii) cumprimento com exigências regulatórias e legais; (iv) documentação de controles e procedimentos; (v) exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados; (vi) exigências de reportar os prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas; (vii) desenvolvimento de planos de contingência; (viii) treinamento e desenvolvimento profissional; (ix) padrões éticos e comerciais; e (x) mitigação de risco, incluindo seguro, quando eficaz.

17.7 Hierarquia do valor justo dos instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os diferentes níveis foram definidos conforme: (a) Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; (b) Nível 2 - "inputs", exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2021**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

indiretamente (derivado de preços); e (c) Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado ("inputs" não observáveis). Não houve mudança de nível para esses instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

17.7.1 Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

	Nota explicativa	31/12/2021	31/12/2020	Hierarquia do valor justo
Aplicações financeiras de curto prazo	4	931	19.040	Nível 2

18. LUCRO POR AÇÃO

	2021	2020 (Reapresentado)
Lucro líquido do exercício	89.701	45.056
Quantidade de ações ordinárias	434.523	434.523
Lucro por ação ordinária - básico e diluído	0,20644	0,10369

A Companhia não possui instrumentos com efeito dilutivo.

19. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2021	2020 (Reapresentado)
Remuneração do ativo de contrato de concessão	34.516	32.614
Correção monetária do ativo de contrato de concessão	61.703	56.444
Operação e manutenção	7.774	4.742
Parcela variável (a)	560	(4.646)
Outros (b)	-	(40.627)
Receita operacional bruta	104.553	48.527
PIS e COFINS correntes	(1.211)	(1.023)
PIS e COFINS diferidos	(1.403)	(850)
Encargos setoriais (c)	(678)	(275)
Deduções da receita	(3.292)	(2.148)
Receita operacional líquida	101.261	46.379

(a) Parcela a ser deduzida da receita da transmissora em virtude da não prestação adequada do serviço público de transmissão. A PV pode ser classificada em Não programada, quando ocorre indisponibilidade do sistema por acidente e em Programada quando há manutenção em equipamentos que pertençam à linha de transmissão. (b) Refere-se a parcela de ajuste referente ao cancelamento do TLP (vide nota explicativa nº 2.6). (c) Encargos setoriais definidos pela ANEEL e previstos em lei, destinados a incentivos com P&D, constituição de RGR dos serviços públicos, Taxa de Fiscalização, Conta de Desenvolvimento Energético e Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica.

Margens das obrigações de performance	2021	2020
Operação e manutenção – O&M		
- Receita	7.774	4.742
- Custos	(7.688)	(7.632)
<i>Margem (R\$) (*)</i>	86	(2.890)
<i>Margem percebida (%)</i>	1,11%	-60,94%

(*) A margem negativa decorre da diferença entre valores realizados e orçados para os custos de operação e manutenção, visto que a segregação das receitas contratuais é definida no início do projeto e é realizada com base nos custos acrescidos de margem. Ressalta-se que as receitas contratuais (infraestrutura e operação e manutenção), comparadas aos custos, geram margem positiva para o projeto como um todo.

Conciliação entre a receita bruta e a receita registrada para fins tributáveis de IRPJ e CSLL	2021	2020 (Reapresentado)
Receita operacional bruta	104.553	48.527
(+/-) Efeitos de ajustes societários e tributação pelo regime de caixa	(69.702)	(22.803)
Receita operacional bruta tributável	34.851	25.724

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

20. NATUREZA DE CUSTOS E DESPESAS

	2021	2020
-Remuneração direta	(981)	(900)
-Benefícios	(496)	119
-FGTS e INSS	(375)	(390)
Pessoal	(1.852)	(1.171)
- Custo de implementação de infraestrutura	-	(180)
- O&M	(1.984)	(3.567)
- Outros	(844)	(124)
Materiais	(2.828)	(3.871)
Serviços de terceiros	(4.385)	(3.133)
Depreciação e amortização	(81)	(2)
Outros custos e despesas operacionais	(85)	11.003
Total custos e despesas	(9.231)	2.826

A demonstração do resultado utiliza uma classificação dos custos e das despesas com base na sua função, cuja natureza dos principais montantes é demonstrada a seguir:

Custos com materiais: custos oriundos de implementação de infraestrutura, reforços, manutenção e operação de linhas de transmissão.

Custos com serviços de terceiros: custos com operação, manutenção, compartilhamento de instalações, limpeza de faixa de servidão, vigilância, serviços de engenharia e advocatícios, baixa de projeto de P&D, despesas com consultorias, viagens, auditoria.

Outros custos e despesas operacionais: custos e despesas com aluguéis, combustível, seguros, doações a entidades cíveis e reversão de provisão relacionada a diferença na aplicação de percentual para fins de IRPJ e CSLL de 32% para 8% e 12% respectivamente.

21. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS

	2021	2020
Renda de aplicação financeira	481	308
Atualização monetária de depósitos judiciais	31	-
Receitas financeiras	512	308
Juros sobre empréstimos e financiamentos	-	(1.737)
Juros de Arrendamento	(4)	-
Atualização monetária de contingências	(31)	-
Outras despesas (receitas) financeiras, líquidas	(31)	(139)
Despesas financeiras	(66)	(1.876)
	446	(1.568)

22. PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA – CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA

O Plano Taesaprev foi criado na Forluz, entidade fechada de previdência complementar, da qual a Companhia passou a ser uma de suas patrocinadoras, tendo sua aprovação na Previc publicada em Diário Oficial no dia 2 de agosto de 2021. Em 31 de dezembro de 2021, 36,3% do quadro efetivo de empregados da Companhia participava do Plano Taesaprev.

A única obrigação da Companhia é realizar as contribuições de acordo com as regras do plano de previdência privada, que são liquidadas até o mês subsequente ao reconhecimento dessas despesas. Os ativos do plano são mantidos em separado dos outros ativos da Companhia, sob

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2021**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

o controle da Forluz. A principal patrocinadora da Forluz é a CEMIG (patrocinadora-fundadora), um dos controladores da Companhia.

A Companhia poderá a qualquer momento, observada a legislação, solicitar a retirada do patrocínio, que dependerá de aprovação pela autoridade governamental competente e estará sujeita à legislação pertinente. Em caso de retirada hipotética da patrocinadora do plano, o compromisso da patrocinadora está totalmente coberto pelos ativos do plano. Os valores de passivo, custos e despesas estão apresentados na nota explicativa nº 9 – Partes Relacionadas.

23. OUTRAS INFORMAÇÕES

Aspectos ambientais - A Política Nacional do Meio Ambiente determina que o funcionamento regular de atividades consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou que, de qualquer forma, causem degradação do meio ambiente, está condicionado ao prévio licenciamento ambiental.

Licenças expedidas a Companhia						
Empresa	Trecho	Licença para Operação nº	Data de emissão	Vencimento	Órgão emissor	
SJT	LT 500 SE Gilbués II - SE São João do Piauí	381/2016	16/06/2016	16/06/2020	SEMAR-PI	(a)

(a) Renovação solicitada à SEMAR/PI e válida até a sua manifestação (Resolução CONAMA nº 237/97).

COVID-19 – O início de 2020 foi marcado pela pandemia da COVID-19, que afetou todo mundo e também a Companhia. Desde então, a Companhia, em conjunto com a Taesa, vem adotando medidas para a proteção, segurança e saúde de seus colaboradores, suas famílias e as comunidades locais, a fim de proteger seu maior ativo, as pessoas, e reduzir a velocidade de disseminação do novo coronavírus no país. Assim, destacamos as principais medidas implementadas até o momento:

- Comunicação frequente e atualizada para todos os colaboradores sobre o novo coronavírus;
- Retorno gradual às atividades em modelo híbrido, intercalando presencial com home office e mantendo todos os protocolos de segurança e saúde necessários;
- Monitoramento dos empregados com apoio no tratamento de casos suspeitos ou positivos identificados da COVID-19;
- Disponibilização de diversos canais de atendimento para cuidar da saúde física e mental dos colaboradores e de seus familiares;
- Vacinação contra a gripe influenza para todos;
- Reforço de informações sobre os cuidados preventivos que devem continuar nos pós vacina.
- Manutenção das atividades de operação e manutenção de forma a garantir a segurança das pessoas e do sistema elétrico;

Demonstração Contábil Regulatória - DCR - A demonstração contábil regulatória, referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, será disponibilizada no sítio eletrônico da Companhia até 30 de abril de 2022, conforme determinado pelo Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Diretoria	
Nomes	Cargo
André Augusto Telles Moreira	Diretor Presidente
Erik da Costa Breyer	Diretor Financeiro
Marco Antônio Resende Faria	Diretor Técnico
Marco Antônio Resende Faria	Diretor Jurídico e Regulatório
Fábio Antunes Fernandes	Diretor de Negócios
Luis Alessandro Alves	Diretor de Implantação

Wagner Rocha Dias
Contador CRC RJ-112158/O-3
CPF nº 778.993.777-49